

## **PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025**

### **ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**

**Definição do Objeto:** Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS grupos A (A1, A2, A3, A4) B e E, compreendendo o fornecimento total de mão-de-obra, materiais, máquinas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, de acordo com Resolução CONAMA 316/2002 de 29 de outubro de 2002, Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005, Resolução SMA 22/2007 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, RDC 222/2018 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, NBRs da ABNT específicas para resíduos de saúde e outras pertinentes a atividade, em conformidade com as especificações técnicas e funcionais contidas neste termo de referência e seus anexos.

### **Especificações e Descrição da Solução como um todo:**

#### **Condições Gerais:**

A Contratada deverá fornecer equipamentos e manutenção dos mesmos.

A Contratada deverá fornecer veículos próprios bem como lubrificantes e combustíveis necessários e a manutenção dos mesmos.

A Contratada deverá fornecer pessoal especializado do quadro de empregados.

A Contratada deverá fornecer equipamentos de proteção individual ao pessoal que executar os serviços.

A Contratada deverá manter frota de veículos em perfeito estado operacional.

A Contratada deverá no momento da coleta possuir **EQUIPAMENTO DE PESAGEM COM IMPRESSORA DE TICKETS** preferencialmente digital, e efetuar a pesagem no ato da coleta sempre com a presença de 01 funcionário da Unidade beneficiada que terá a função da conferência e visto documental.

A Contratada deverá gerar no ato da coleta dos resíduos, em cada estabelecimento, um comprovante em 03 vias com a especificação de dia, horário, classificação e peso dos resíduos, **AFIXANDO O TICKET IMPRESSO NO MOMENTO DA PESAGEM**, sendo o mesmo assinado por funcionários indicados pela Contratante e da Contratada. **TODOS** esses comprovantes deverão ser encaminhados, pela Contratada, para a Vigilância Sanitária, diariamente, através do e-mail : [vigilanciasanitaria@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:vigilanciasanitaria@santagertrudes.sp.gov.br), para que a VISA possa emitir o Manifesto de Transporte de Resíduos (MTR) diário.

As quantidades variam de acordo com a produção de cada estabelecimento, tendo como parâmetro **atual, a média de mais ou menos 2.000 quilos mensais**, alguns meses podem exceder de forma abrupta essa quantidade, em decorrência da coleta dos medicamentos fora do prazo de validade recolhidos na farmácia/dispensário municipal.

Acrescente-se que as quantidades informadas neste ETP, possuem caráter generalista, pois partimos da máxima que fica a livre escolha da Administração, a necessidade conforme as demandas. As quantidades são suficientes para atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde.

**Tendo em vista que o futuro contrato, poderá vigor por até 10(dez) anos, estimar-se-á uma quantidade maior de quilos mensais, visto que poderão haver novas aberturas que pontos geradores de resíduos de saúde, e, temos a previsão de abertura de um novo hospital municipal.**

Diante disso, solicitamos que a quantidade por mês de quilos deverá **ser 5.000**, para atender tais eventualidades.

Pontue-se que o quantitativo estimado nessa aquisição implicará ganho de escala, porque quanto maior a quantidade de serviços a serem cotados, melhor será o seu valor final, beneficiando a Administração Pública, ainda, que somente se empenhará a quantidade de Materiais de Expedientes a serem contratados.

A pesagem das quantidades dos resíduos coletados nos estabelecimentos públicos é realizada pela empresa coletora, atualmente, o roteiro de coleta conta com cerca de 47 locais e está dividido da seguinte forma:

ROTEIRO DO LIXO				
ATIVIDADE	LOCAIS	ENDEREÇO	FREQUÊNCIA DE COLETA	ORIGEM
	<b>Centro e proximidades</b>			
Odontologia	Dr. Celso Demarchi	R. 01, N° 355 centro (vizinho a caixa federal)	Semanal	Privado
Asilo	Lar dos Velhinhos	Rod. Constantine Peruchi, km 171 - Bairro Rural	Quinzenal	Público
UBS	UBS Margarida Polak	Av. 05, N° 545 - Centro	Semanal	Público
CAPS	Caps	Av. 11, N° 206 - São Joaquim	Mensal	Público
Laboratório	Laboratório Paulista	R. 03, N° 902 - Centro	Semanal	Privado
Laboratório	Laboratório São Lucas	Av. 03, N° 135 - Centro	Semanal	Privado
Odontologia	Dr. Mario Vasconcelos	R. 02, N° 675 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Dr. Guillermo Fernandes	R. 02, N° 695 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	EMEF Joaquim Raphael da Rocha	Av. 03, N° 343 - Centro	Semanal	Público
Farmácia	Lazáro Noé da Silva Drogaria	R. 04, N° 1052 - Centro	Mensal	Privado
Odontologia	Clinica Odontológica JV Batistela	R. 02, N° 509 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Cintia Haberman Guilherme	R. 02, N° 314 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Sindicato Municipal	R. 02, N° 232 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Sindicato Trabalhadores	R. Antonio Bertazo, N° 470 - Jardim D'Italia II	Quinzenal	Privado
Estética	Dr. Luiz Cláudio de Castro Hallite Junior	R. Áurea Basso Baptista, N° 37 - Jardim D'Italia I	Mensal	Privado
Odontologia	Odonto Company	Av. 01, N° 193 - Centro	Semanal	Privado
Clínica Médica	Unimed	Av. 01, N° 90 - Centro	Semanal	Privado
Estética	Estética Única	Av. 1, N° 845 - Centro	Mensal	Privado
Odontologia	Clinica Doctors	Av. 4, N° 248 - Centro	Semanal	Privado
Farmácia	Farma Vip	R. 02 N° 1143 Jardim Remanso	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Júlia	Av. 1, N° 503 - Centro	Mensal	Privado
Clínica Médica	Casa da Mulher	Av. Agostinho Buschinelli, N° 225 - São Mauricio	Semanal	Público
Farmácia	DrogaL	R. 05, N° 202 - Centro	Quinzenal	Privado
Hospital	Hospital e Mternidade Santa Francisca	R. 06, N° 310 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Dra. Karina Gennari	R. 03, N° 653 - Centro	Quinzenal	Privado
Serv. R. Terapêutico	Serviço Residencial Terapêutico	R. 2, N°156 São Joaquim	Quinzenal	Público
Odontologia	Dra. Daniela e Hudson	R. 01, N° 915 - Centro	Quinzenal	Privado
Veterinário	Clinica Vet. São Francisco	Av. Remolo Tonon, N° 618 - Centro	Semanal	Privado

	<b>Bom Sucesso / Jardim Luciana</b>			
UBS	UBS João Ap. Buschinelli	R. São Pedro, N° 346 - Jardim Luciana	Semanal	Público
Farmácia	Droga Luz	Av. Agostinho Buschinelli, N° 141 - Jardim Luciana	Mensal	Privado
Odontologia	Adriana Nobumoto	Av. D. Maria H. D. de C. Pereira, N° 630 B. Sucesso	Mensal	Privado
UBS	PSF Bom Sucesso/Iporanga	Av. D. Luiza H. Breda, N° 704 Bom Sucesso	Semanal	Público
Farmácia	Drogaria Santa Gertrudes	R. São Pedro, N° 639 - Bom Sucesso	Quinzenal	Privado
	<b>Vigoreni / Indaia</b>			
Odontologia	CEO	R. Zero, N° 250 - Jardim Parque Industrial	Semanal	Público
Farmácia	Fármacia Municipal	R. Zero, N° 257 - Jardim Parque Industrial	Mensal	Público
Farmácia	Droga Gino	R. Vereador G. F. Pereira, N° 182 - J. Pq Industrial	Mensal	Privado
Odontologia	Ana Lucia Ribeiro Plizzari	R. 10, N° 37 - Jardim Parque Industrial	Mensal	Privado
UBS	UBS Dalva Timoni	R. 02, N° 640 - Indaia I	Semanal	Público
Odontologia	Dr. Dilson Golçalves	R. Vereador G. F. Pereira, N° 675 - Indaia II	Quinzenal	Privado
Veterinário	Zoo Mendes	Avenida 7, N° 180 – Indaia III	Mensal	Privado
	<b>Jequitibas / Jardim Ipês</b>			
UBS	UBS Catarina C. Demarchi	R. Olavo Basso, N° 535 - Jequitibás	Semanal	Público
Farmácia	Sábio e Silva Ltda ME	Av. Pref. Libertário Palumbo, N° 206 Jequitibas I	Mensal	Privado
Farmácia	Drogaria Jequitibas Ltda ME	R. Sebastião Denardi, N° 635 - Jequitibas	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Keli	R. Sebastião Denardi, N° 665 - Jequitibas	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Greicy Kelly	R. Victorio Gasparini, N° 442 - Jequitibas	Semanal	Privado
Veterinário	Dr. Cleber VET	R. Antonio Deyuri, N° 41 - Jardim Ipês	Quinzenal	Privado
Veterinário	Dra. Elizabeth VET	R. Claudio Valdanha, N° 46 - Jardim ipês	Quinzenal	Privado

## **ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS**

Os serviços que constituem o objeto deste termo deverão ser executados em estrita conformidade com os Plano de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde proposto, atendidas as especificações e demais elementos técnicos constantes deste Anexo.

## **SERVIÇOS A SEREM REALIZADOS**

Os serviços a serem executados compreendem aqueles enumerados no Edital, e de conformidade com as especificações técnicas apresentadas no presente Anexo.

## **DEFINIÇÕES DOS SERVIÇOS**

Coleta, transporte, tratamento e destinação final, em aterro sanitário e/ou industrial particular licenciado, dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, dos Grupos A (subgrupo A1, A2, A3, A4), B e E.

Coleta, transporte, tratamento e destinação final, em aterro sanitário e /ou industrial particular licenciado, dos Resíduos dos Serviços de Saúde – RSS, do Grupo A2 (carcaça animal). A coleta será realizada em qualquer ponto do município onde for solicitada sua retirada, sendo encaminhado de imediato para a Vigilância Sanitária.

A coleta do Grupo A2 (carcaça animal) em caso de recolhimento no município, somente deverá ser realizada quando solicitada pela Vigilância Sanitária.

Define-se como coleta, transporte, tratamento e destinação final, em aterro sanitário e ou industrial particular licenciado, dos Resíduos dos Serviços de Saúde, a prestação dos serviços desde a etapa de coleta, ponto a ponto, até a destinação final dos resíduos dos serviços de saúde, em aterro sanitário e/ou industrial particular licenciado, passando pela etapa de tratamento, de acordo com as características de cada tipo de resíduo, gerados pelas unidades relacionadas no presente termo, ou outros de interesse público devidamente conveniados com o município.

Serão admitidos como métodos de tratamento dos resíduos dos serviços de saúde a incineração, autoclave, microondas, ou ainda outro método que venha a ser criado e devidamente reconhecido pela sua eficiência pelos órgãos ambientais competentes:

- 1) Para os itens A1, A4 e E, deverão ser aceitos as tecnologias de Autoclave e Microondas;
- 2) Para os Itens A3, A5 e B, deverá ser aceita somente a incineração;
- 3) Para o Item A2, deverá ser aceita a tecnologia de Incineração ou outra devidamente licenciada pelo Órgão Ambiental Estadual.

Os resíduos recolhidos deverão ser devidamente acondicionados em sacos plásticos especiais conforme NBR 9190 da ABNT.

A coleta será executada conforme frequência estipulada no presente termo, nos locais neles indicados bem como em outros que vierem a ser instalados ou conveniados com o município, na vigência do contrato.

A contratada se obriga a emitir anualmente, no ato da emissão da Nota Fiscal, o Certificado de Tratamento dos Resíduos dos Serviços de Saúde, contendo a quantidade, classificação dos resíduos, método de esterilização, local da disposição final, bem como indicação de profissional habilitado pelo seu conselho de classe responsável pelas operações.

A coleta e o transporte dos resíduos, deverá ser feito em veículo em conformidade com as ABNT – (NBR 12810, NBR 14652, NBR 13221, NBR 7500, NBR 7501 e NBR 7503) e a empresa deverá dispor das devidas licenças ambientais.

## **VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS**

A contratada deverá dispor, no mínimo de um veículo e equipamentos relacionados no termo de referência.

Todas as ferramentas, uniformes e EPI's necessários ao serviço deverão ser providenciadas pela contratada.

Os veículos deverão trazer, além das placas regulamentares, sinalizações de segurança, prefixo de identificação do veículo de acordo com as legislações vigentes (RDC Anvisa nº 222/18 e NBRs da ABNT específicas para resíduos de serviços de saúde e outras pertinentes a atividade).

Os veículos e equipamentos a serem utilizados nos serviços deverão ser dimensionados de forma a permitir a substituição e devida manutenção, preservando a execução dos serviços contratados.

O Município poderá a qualquer momento exigir a troca de veículos ou equipamentos que não sejam adequados ou que não atendam às exigências dos serviços, bem como exigir o aumento do número de veículos e equipamentos caso seja necessário ao bom desempenho dos serviços.

A contratada deverá manter os veículos e equipamentos em perfeitas condições de funcionamento, em especial quanto à manutenção, limpeza e acessórios de segurança. A verificação das condições de funcionamento dos veículos e equipamentos será feita periodicamente, através de inspeção pela Secretaria de Saúde.

As marcas, os modelos, a capacidade e outras características dos veículos propostos para a realização dos serviços, ficam a critério da contratada.

Os veículos automotores devidamente equipados e de acordo com as legislações vigentes, deverão possuir as características descritas neste termo

Os veículos automotores devidamente equipados a serem utilizados pela contratada, para a realização de cada tipo de serviço, deverão estar adequados e disponíveis para uso imediato, ou seja, os equipamentos deverão estar devidamente instalados nos chassis dos veículos e o conjunto estarem em boas condições de operação.

Durante a execução do contrato os veículos e equipamentos utilizados nos serviços de coleta de resíduos da saúde deverão apresentar-se em condições de atendimento dos limites estabelecidos em lei, quanto à segurança, poluição sonora e emissão de gases.

Nos veículos e equipamentos, somente deverão constar dizeres ou símbolos de acordo com a atividade da empresa, não sendo permitida a exploração de publicidade.

Os veículos deverão estar providos de ferramentas de apoio, como pás, vassouras, rodo, saco plástico reserva, solução desinfetante, e outros para serem utilizados em caso de derramamento de material, quando da coleta nas unidades de saúde.

O veículo deve ser estanque, constituído de material rígido, lavável e impermeável de forma a não permitir vazamento líquido, com cantos arredondados, de forma a facilitar a higienização, e ser provido de ventilação adequada, conter identificação pelo símbolo de “substância infectante”, ser de uso exclusivo para coleta de resíduos. Conforme ABNT – NBR 12810 e NBR 14652.

## **EDIFICAÇÕES E INSTALAÇÕES**

As EDIFICAÇÕES e INSTALAÇÕES da contratada, referentes à administração, controle, planejamento e execução das atividades de oficina e de almoxarifado, deverão ser dimensionadas de forma a essas necessidades e serem compatíveis com o quadro operacional, bem como com o armazenamento de ferramentas, componentes e peças, que garantam a regularidade e a manutenção dos veículos e equipamentos.

Para estacionamento de seus veículos e equipamentos a contratada deverá manter garagem ou pátio, com capacidade mínima

para abrigar todos os veículos exigidos no termo de referência, não sendo permitida a permanência de veículos e equipamentos em vias públicas, quando não estiverem em serviço.

### **PESSOAL OPERACIONAL**

A contratada deverá compor para a execução dos serviços, equipe mínima de trabalho que deverá utilizar uniformes, equipamento de proteção individual e coletivo de acordo com o serviço prestado.

A Contratada deverá manter uma equipe de plantão para cada período de trabalho, incluindo motoristas e coletores, a fim de suprir ausências devidas às licenças médicas, faltas e outras situações do gênero.

### **DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS**

O local de destinação final dos resíduos dos serviços de saúde será o aterro sanitário e/ou industrial licenciado particular selecionado pela Contratada, com anuência da Contratante, após a etapa de esterilização e descaracterização dos resíduos.

Os resíduos dos serviços de saúde deverão ser encaminhados à unidade de esterilização ou incineração antes da destinação ao aterro sanitário e/ou industrial.

### **SUBCONTRATAÇÃO**

A subcontratação será permitida para incineração dos resíduos dos grupos A2, A3, A5 e B, bem como para Aterros Sanitários e/ou Industriais.

### **RELAÇÃO DE QUANTIDADES MÍNIMAS DE VEÍCULOS**

Nº	SERVIÇO	VEICULO /EQUIPAMENTOS	QUANT. MÍNIMA
01	Coleta, transporte, tratamento e destinação final, em aterro sanitário e/ou industrial particular licenciado, dos resíduos dos serviços de saúde – RSS, dos Grupos A (Subgrupo A1, A2, A3 e A4), B e E	Veículo deve ser estanque, constituído de material rígido, lavável e impermeável de forma a não permitir vazamento de líquido, com cantos arredondados, de forma a facilitar a higienização, e ser provido de ventilação adequada, conter identificação pelo símbolo de “substância infectante”, ser de uso exclusivo para coleta de resíduos.  Conforme ABNT - NBR12810 e NBR 14652	01

Deverão ser solicitados os seguintes documentos da empresa vencedora do certame:

- Comprovante do “CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária” ou Alvará da Vigilância Sanitária, em nome da licitante referente ao seu município sede, compatível com o objeto da licitação.
- Licença de Operação (LO), para os Grupos A1, A2 (caso o sistema de tratamento esteja devidamente licenciado para tratar resíduos deste subgrupo) A4 e E, das unidades de tratamento de resíduos de serviço de saúde, emitida por órgão ambiental competente, em nome da Licitante.

- c) Licença de Operação (LO) do incinerador, para os Grupos A2, A3, A5 e B, emitida por órgão ambiental competente. Caso a licitante não seja proprietária do Incinerador, deverá apresentar Declaração indicando o Incinerador que utilizará e que receberá os resíduos de serviços de saúde relacionados neste item, bem como comprovação de atendimento a Resolução CONAMA 316/2002, art. 2º, art. 11, art. 16 II (EDR e PCOP), por laboratório e amostrador acreditados segundo a Resolução SMA 100/2013 e/ou Norma ABNT/NBR – ISO/IEC 17025, quando fora do Estado de São Paulo;
- d) Declaração indicando o Aterro Sanitário ou Industrial que será utilizado para destinação final dos resíduos, acompanhada da respectiva licença de operação (LO).
- e) Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura do município onde está instalada a empresa licitante, comprovando que a mesma esteja apta ao funcionamento da atividade objeto da licitação.
- f) Declaração formal que a empresa se incumbirá de providenciar o CADRI, no ato da assinatura do contrato.
- g) Relação explícita contendo nome, CPF do pessoal técnico especializado, essencial à realização dos serviços relacionados no objeto, incluindo engenheiro civil e/ou sanitarista e/ou ambiental, que sejam responsáveis pela
- h) Relação dos veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação, número de chassi e/ou placas do DETRAN.
- i) Comprovante da carteira de MOPP – Movimentação e Operação de Produtos Perigosos dos motoristas, devidamente Regulamentado, pelo artigo 145 da Lei nº. 9.503/97, Decreto nº 96.044/88, Resolução nº 168/04 do CONTRAN. Será aceita a apresentação da CNH dos motoristas relacionados que contenham a indicação do MOPP.
- j) Plano de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde proposto pela licitante, contendo os procedimentos a serem adotados em cada serviço.
- k) Declaração de responsabilidade dos serviços e por acidentes de trabalho ocorridos com os funcionários subcontratados.

**VISITA TÉCNICA: Facultativa, conforme art. 63, parágrafo 3º, da Lei Federal 14.133/2021.**

**Responsabilidades da CONTRATADA:**

1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.
2. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos produtos / serviços entregues.
3. A PREFEITURA, através da fiscal e gestora do contrato, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos itens/serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA repô-los às suas expensas.
4. Manter preposto aceito pela Administração para representa-la na execução do contrato;
- 4.1. A indicação ou manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
5. Atender às determinações regulares emitidas pela fiscal e gestora ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por ele solicitados (art. 137, II, da Lei 14.133/2021);

6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver), o valor correspondente aos danos sofridos;
9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou dos fiscais ou gestores do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;
- 10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade do contratante;**
11. Comunicar a fiscal do contrato, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;
13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
16. Submeter, previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;
17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização do menor de 18 anos com trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
18. Comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, através de documento hábil, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021), no prazo fixado pelos fiscais do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
19. Guarda sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021;
21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do contratante.
22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021;
23. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas



específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, art. 92, XVII, da Lei 14.133/2021;

24. Prazo para início dos serviços: Imediato, após a assinatura do contrato.

25. Locais de realização dos serviços e Periodicidade: Especificados no item 7.2.3. do edital.

26. Manter um representante responsável pelo gerenciamento dos serviços, exercendo a supervisão responsável necessária e com poderes de representação sendo o preposto para tratar com a Secretaria Municipal.

27. Prever e garantir a realização dos serviços descritos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

28. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço, objeto do contrato, nos termos da legislação vigente;

29. Observar a legislação que determina obrigações no campo de segurança, higiene e medicina do trabalho;

30. Manter perfeito e regular controle sobre o estado de saúde dos trabalhadores, a fim de providenciar a substituição, de imediato, em caso de doença incompatível com a função;

31. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias no atendimento aos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando em serviço, por meio do seu representante;

32. Realizar às suas expensas, tanto na admissão como durante toda a vigência do contrato de trabalho dos seus empregados, todos os exames médicos exigidos por força da lei, cuidando para que apresentem permanentemente um quadro de saúde, inclusive bucal e psicológica;

33. Os empregados terão vínculo direto com a CONTRATADA, a qual se responsabilizará pelos pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, encargos sociais e indenizações trabalhistas, encargos previdenciários, contribuições sociais, vale transporte, refeição e outros previstos na legislação e normas vigentes e que decorram de sua condição de empregadora;

34. Responsabilizar-se por atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;

35. Manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da PREFEITURA prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;

36. É vedado o trabalho de menores de dezoito anos;

37. Supervisionar constantemente a prestação de serviços, realizando as orientações que se fizerem necessárias aos agentes;

38. Instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações da Secretaria Municipal, e ter pleno conhecimento das normas que envolvem a execução dos serviços;

39. Assumir todas as obrigações patronais, ficando a CONTRATANTE livre de qualquer ônus não explícito nos termos contratuais;

40. Indenizar danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros;

41. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela PREFEITURA;

42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da PREFEITURA;

43. Fazer de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;

44. Respeitar as convenções coletivas de seus empregados;

45. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, objetivando a correta execução dos serviços;

46. Acatar a fiscalização por parte da PREFEITURA, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências;

47. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

48. Manter durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;

49. Responsabilizar-se por qualquer dano realizado contra o próprio público ou terceiros.

50. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

51. São de Responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, despesas com **locomotão e possíveis estadias de seus funcionários** e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.

52. Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos prestando-lhe as informações necessárias.

53. Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
54. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
55. Fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
56. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
57. A CONTRATADA DEVERÁ ATENDER TODAS AS OBRIGAÇÕES ELENCADAS NESTE ANEXO.

**Responsabilidades da CONTRATANTE:**

1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir integralmente a proposta apresentada, observando-se as normas do Edital;
2. Prestar aos funcionários da empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste certame;
3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto;
4. Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à empresa contratada;
5. Aplicar as sanções administrativas contratuais;
6. Disponibilização para a CONTRATADA de toda a legislação, normas complementares e demais procedimentos existentes necessários a execução dos serviços;
7. Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, o uso e as obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
8. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços

**9. A fiscalização deste contrato será realizada por: DAIANE BILATTO – FISCAL DE CONTRATO, que deverão respeitar o art. 117 DA LEI 14.133/2021, Sobre Suas Atribuições e o Decreto Municipal 2.464/2024.**

**10. A gestão deste contrato será realizada por Vivian Cristina Filier Gonçalves – Secretária Municipal de Saúde, que deverá respeitar o art. 117 DA LEI 14.133/2021, Sobre Suas Atribuições e o Decreto Municipal 2.464/2024.**

**Prazo de início dos serviços:** : Imediato, após a assinatura do contrato.

**Locais de Implantação dos serviços e Periodicidade de coleta:**

ROTEIRO DO LIXO				
ATIVIDADE	LOCAIS	ENDEREÇO	FREQUÊNCIA DE COLETA	ORIGEM
	<b>Centro e proximidades</b>			
Odontologia	Dr. Celso Demarchi	R. 01, N° 355 centro (vizinho a caixa federal)	Semanal	Privado
Asilo	Lar dos Velhinhos	Rod. Constantine Peruchi, km 171 - Bairro Rural	Quinzenal	Público
UBS	UBS Margarida Polak	Av. 05, N° 545 - Centro	Semanal	Público

CAPS	Caps	Av. 11, N° 206 - São Joaquim	Mensal	Público
Laboratório	Laboratório Paulista	R. 03, N° 902 - Centro	Semanal	Privado
Laboratório	Laboratório São Lucas	Av. 03, N° 135 - Centro	Semanal	Privado
Odontologia	Dr. Mario Vasconcelos	R. 02, N° 675 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Dr. Guillermo Fernandes	R. 02, N° 695 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	EMEF Joaquim Raphael da Rocha	Av. 03, N° 343 - Centro	Semanal	Público
Farmácia	Lazáro Noé da Silva Drogaria	R. 04, N° 1052 - Centro	Mensal	Privado
Odontologia	Clinica Odontológica JV Batistela	R. 02, N° 509 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Cintia Haberman Guilherme	R. 02, N° 314 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Sindicato Municipal	R. 02, N° 232 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Sindicato Trabalhadores	R. Antonio Bertazo, N° 470 - Jardim D'Italia II	Quinzenal	Privado
Estética	Dr. Luiz Cláudio de Castro Hallite Junior	R. Áurea Basso Baptista, N° 37 - Jardim D'Italia I	Mensal	Privado
Odontologia	Odonto Company	Av. 01, N° 193 - Centro	Semanal	Privado
Clínica Médica	Unimed	Av. 01, N° 90 - Centro	Semanal	Privado
Estética	Estética Única	Av. 1, N° 845 - Centro	Mensal	Privado
Odontologia	Clinica Doctors	Av. 4, N° 248 - Centro	Semanal	Privado
Farmácia	Farma Vip	R. 02 N° 1143 Jardim Remanso	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Júlia	Av. 1, N° 503 - Centro	Mensal	Privado
Clínica Médica	Casa da Mulher	Av. Agostinho Buschinelli, N° 225 - São Mauricio	Semanal	Público
Farmácia	DrogaL	R. 05, N° 202 - Centro	Quinzenal	Privado
Hospital	Hospital e Mternidade Santa Francisca	R. 06, N° 310 - Centro	Quinzenal	Privado
Odontologia	Dra. Karina Gennari	R. 03, N° 653 - Centro	Quinzenal	Privado
Serv. R. Terapêutico	Serviço Residencial Terapêutico	R. 2, N° 156 São Joaquim	Quinzenal	Público
Odontologia	Dra. Daniela e Hudson	R. 01, N° 915 - Centro	Quinzenal	Privado
Veterinário	Clinica Vet. São Francisco	Av. Remolo Tonon, N° 618 - Centro	Semanal	Privado
	<b>Bom sucesso / Jardim Luciana</b>			
UBS	UBS João Ap. Buschinelli	R. São Pedro, N° 346 - Jardim Luciana	Semanal	Público
Farmácia	Droga Luz	Av. Agostinho Buschinelli, N° 141 - Jardim Luciana	Mensal	Privado
Odontologia	Adriana Nobumoto	Av. D. Maria H. D. de C. Pereira, N° 630 B. Sucesso	Mensal	Privado
UBS	PSF Bom Sucesso/Iporanga	Av. D. Luiza H. Breda, N° 704 Bom Sucesso	Semanal	Público
Farmácia	Drogaria Santa Gertrudes	R. São Pedro, N° 639 - Bom Sucesso	Quinzenal	Privado
	<b>vigorelli / Indaia</b>			
Odontologia	CEO	R. Zero, N° 250 - Jardim Parque Industrial	Semanal	Público
Farmácia	Fármacia Municipal	R. Zero, N° 257 - Jardim Parque Industrial	Mensal	Público
Farmácia	Droga Gino	R. Vereador G. F. Pereira, N° 182 - J. Pq Industrial	Mensal	Privado
Odontologia	Ana Lucia Ribeiro Plizzari	R. 10, N° 37 - Jardim Parque Industrial	Mensal	Privado
UBS	UBS Dalva Timoni	R. 02, N° 640 - Indaia I	Semanal	Público
Odontologia	Dr. Dilson Golçalves	R. Vereador G. F. Pereira, N° 675 - Indaia II	Quinzenal	Privado
Veterinário	Zoo Mendes	Avenida 7, N° 180 – Indaia III	Mensal	Privado

	<b>Jequitibas / Jardim Ipês</b>			
UBS	UBS Catarina C. Demarchi	R. Olavo Basso, N° 535 - Jequitibás	Semanal	Público
Farmácia	Sábio e Silva Ltda ME	Av. Pref. Libertário Palumbo, N° 206 Jequitibas I	Mensal	Privado
Farmácia	Drogaria Jequitibas Ltda ME	R. Sebastião Denardi, N° 635 - Jequitibas	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Keli	R. Sebastião Denardi, N° 665 - Jequitibas	Mensal	Privado
Odontologia	Dra. Greicy Kelly	R. Victorio Gasparini, N° 442 - Jequitibas	Semanal	Privado
Veterinário	Dr. Cleber VET	R. Antonio Deyuri, N° 41 - Jardim Ipês	Quinzenal	Privado
Veterinário	Dra. Elizabeth VET	R. Claudio Valdanha, N° 46 - Jardim ipês	Quinzenal	Privado

**Regime de Fornecimento:** Global Mensal, visto tratar-se de serviços de prestação continuada.

**Fundamentação da contratação:**

A contratação desse Serviço é fundamental pois, a falta de coleta adequada de lixo hospitalar em ambientes públicos pode representar sérios riscos à saúde pública e ao meio ambiente. O lixo hospitalar geralmente inclui materiais contaminados com agentes patogênicos, substâncias químicas perigosas e resíduos biológicos que podem causar infecções e doenças se não forem descartados corretamente. Aqui estão algumas das consequências e possíveis soluções para lidar com a falta de coleta de lixo hospitalar em ambientes públicos:

**1. Riscos à saúde pública:** O lixo hospitalar pode conter micro-organismos patogênicos, como bactérias, vírus e fungos, que representam riscos de infecção para as pessoas que entram em contato com esses resíduos. Isso inclui funcionários de limpeza, catadores de lixo, e até mesmo o público em geral.

**2. Impacto ambiental:** Além dos riscos à saúde, o descarte inadequado de lixo hospitalar pode contaminar o solo, a água e o ar, prejudicando o meio ambiente e a biodiversidade.

**3. Medidas preventivas:** Para abordar esse problema, é crucial implementar medidas preventivas, como a segregação adequada dos resíduos hospitalares desde o momento da geração até a sua disposição final. Isso inclui o uso de recipientes de coleta apropriados, treinamento de pessoal e o estabelecimento de procedimentos claros para o descarte seguro de resíduos hospitalares.

**4. Coleta e descarte adequados:** É fundamental que as autoridades locais e os hospitais trabalhem juntos para garantir que haja um sistema eficaz de coleta e descarte de lixo hospitalar. Isso pode incluir a contratação de serviços especializados de gerenciamento de resíduos, a implementação de programas de reciclagem e a conscientização da comunidade sobre a importância de descartar adequadamente o lixo hospitalar.

**5. Legislação e fiscalização:** As leis e regulamentações relacionadas ao descarte de resíduos hospitalares devem ser rigorosamente aplicadas e fiscalizadas. As instituições que não cumprem as normas devem enfrentar penalidades e medidas corretivas para garantir a conformidade.

Em resumo, a falta de coleta de lixo hospitalar em ambientes públicos é um problema sério que requer uma abordagem

multifacetada e coordenada envolvendo diferentes partes interessadas, incluindo autoridades governamentais, hospitais, profissionais de saúde e a comunidade em geral. A conscientização, a educação e a implementação de práticas seguras de gerenciamento de resíduos são fundamentais para mitigar os riscos à saúde pública e ao meio ambiente.

#### **Requisitos da contratação:**

**Deverá apresentar OS DOCUMENTOS ABAIXO LISTADOS SOMENTE O LICITANTE PROVISORIAMENTE VENCEDOR NA SESSÃO DE LANCES, EM ATÉ 03(TRÊS) DIAS ÚTEIS APÓS A DECLARAÇÃO PROVISÓRIA DE QUE FOI O VENCEDOR, OU SEJA, APÓS SAGRAR-SE VENCEDOR NA SESSÃO DE LANCES E FOR HABILITADO:**

- a) Comprovante do “CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária” ou Alvará da Vigilância Sanitária, em nome da licitante referente ao seu município sede, compatível com o objeto da licitação.
- b) Licença de Operação (LO), para os Grupos A1, A2 (caso o sistema de tratamento esteja devidamente licenciado para tratar resíduos deste subgrupo) A4 e E, das unidades de tratamento de resíduos de serviço de saúde, emitida por órgão ambiental competente, em nome da Licitante.
- c) Licença de Operação (LO) do incinerador, para os Grupos A2, A3, A5 e B, emitida por órgão ambiental competente. Caso a licitante não seja proprietária do Incinerador, deverá apresentar Declaração indicando o Incinerador que utilizará e que receberá os resíduos de serviços de saúde relacionados neste item, bem como comprovação de atendimento a Resolução CONAMA 316/2002, art. 2º, art. 11, art. 16 II (EDR e PCOP), por laboratório e amostrador acreditados segundo a Resolução SMA 100/2013 e/ou Norma ABNT/NBR – ISO/IEC 17025, quando fora do Estado de São Paulo;
- d) Declaração indicando o Aterro Sanitário ou Industrial que será utilizado para destinação final dos resíduos, acompanhada da respectiva licença de operação (LO).
- e) Alvará de Funcionamento emitido pela Prefeitura do município onde está instalada a empresa licitante, comprovando que a mesma esteja apta ao funcionamento da atividade objeto da licitação.
- f) Declaração formal que a empresa se incumbirá de providenciar o CADRI, no ato da assinatura do contrato.
- g) Relação explícita contendo nome, CPF do pessoal técnico especializado, essencial à realização dos serviços relacionados no objeto, incluindo engenheiro civil e/ou sanitarista e/ou ambiental, que sejam responsáveis pela
- h) Relação dos veículos a serem utilizados nos serviços de coleta e transporte, relacionando marca, modelo, fabricante, capacidade, ano de fabricação, número de chassi e/ou placas do DETRAN.
- i) Comprovante da carteira de MOPP – Movimentação e Operação de Produtos Perigosos dos motoristas, devidamente Regulamentado, pelo artigo 145 da Lei nº. 9.503/97, Decreto nº 96.044/88, Resolução nº 168/04 do CONTRAN. Será aceita a apresentação da CNH dos motoristas relacionados que contenham a indicação do MOPP.
- j) Plano de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de serviços de saúde proposto pela licitante, contendo os procedimentos a serem adotados em cada serviço.
- k) Declaração de responsabilidade dos serviços e por acidentes de trabalho ocorridos com os funcionários subcontratados.

**Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento:**

Os resultados pretendidos ao implementar soluções para lidar com a falta de coleta de lixo hospitalar em ambientes públicos e privados são os seguintes:

**1. Redução de Riscos à Saúde Pública:** A coleta adequada de lixo hospitalar ajuda a reduzir os riscos de contaminação e infecção para profissionais de saúde, funcionários de limpeza, catadores de lixo e o público em geral. Isso leva a uma melhoria geral da saúde pública, reduzindo a propagação de doenças infecciosas e outros problemas de saúde relacionados à exposição a resíduos perigosos.

**2. Proteção do Meio Ambiente:** Uma gestão adequada de resíduos hospitalares contribui para a preservação do meio ambiente, evitando a contaminação do solo, da água e do ar. Isso ajuda a proteger ecossistemas sensíveis e a biodiversidade, bem como a prevenir danos ambientais que possam afetar negativamente a qualidade de vida das comunidades locais. Os serviços serão avaliados pelos fiscais e gestores do contrato, verificando-se se as funcionalidades descritas, alcançaram os resultados almejados.

**3. Conformidade com Regulamentações:** Implementar soluções eficazes para a coleta de lixo hospitalar garante conformidade com regulamentações e normas ambientais e de saúde. Isso evita penalidades legais e ajuda a promover a responsabilidade social e ambiental das instituições de saúde e autoridades governamentais.

**4. Melhoria da Imagem Institucional:** Hospitais e instituições de saúde que demonstram um compromisso com a gestão responsável de resíduos hospitalares geralmente desfrutam de uma melhor reputação e imagem institucional. Isso pode aumentar a confiança da comunidade e dos pacientes nos serviços prestados pela instituição.

**5. Eficiência Operacional:** Um sistema eficaz de coleta de lixo hospitalar pode melhorar a eficiência operacional de hospitais e instalações de saúde, reduzindo o tempo e os recursos necessários para lidar com problemas relacionados ao manejo inadequado de resíduos. Isso permite que as instituições se concentrem em suas principais atividades de prestação de cuidados de saúde.

Em suma, os resultados pretendidos da implementação de soluções para a falta de coleta de lixo hospitalar em ambientes públicos são multifacetados, abrangendo benefícios para a saúde pública, o meio ambiente, a conformidade regulatória, a reputação institucional e a eficiência operacional. Esses resultados contribuem para uma comunidade mais saudável, sustentável e resiliente.

**Modelo de gestão do contrato, que descreve como a execução do objeto será acompanhada e fiscalizada pelo órgão ou entidade (artigo 6º, XXIII, F, da Lei 14133/2021):** A fiscal e a gestora do contrato serão responsáveis pelo acompanhamento dos serviços prestados, bem como todos os trâmites envolvidos, tais como: pagamento, documentações, etc.

#### **Critérios de medição e de pagamento:**

As notas fiscais, que deverão ser entregues ao final de cada mês de trabalho, **com relatório da pesagem de Kg retirados a cada semana / retirada de grupo A2**, processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente.

**Forma e critérios de seleção do fornecedor** (art. 6º, XIII, h, da Lei 14.133/2021): O fornecedor será selecionado por meio de realização de procedimento licitatório, na modalidade Pregão, sob a forma eletrônica, e critério de julgamento pelo menor preço unitário por kg. No edital constam o detalhamento das exigências de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeiro.

**Orçamento estimado art. 18, IV, e art. 6º, XIII, i, Lei 14.133/2021):**

O valor unitário do Kg de lixo hospitalar coletado, transportado, tratado e com respectiva disposição final discriminado foi obtido através de cotações de mercado e contratos firmados com objetos semelhantes:

- Valor unitário do KG: R\$ 12,00 (doze reais) – Valor obtido através de MEDIANA.
- Valor estimado mensal, baseando-se m estimativa mensal de até 5.000(três) mil kg / mês: R\$ 60.000,00, e
- Valor para 12(doze) meses de contrato: R\$ 720.000,00.

Dotação orçamentária: 04.000 04.001 10.302.0009. 2.506. (97) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R\$ 523.350,00 – Valor para 2025;

Santa Gertrudes, 04 de fevereiro de 2025.

**Lázaro Noé da Silva**  
**Prefeito Municipal**

**PREGAO ELETRONICO 03/2025**

**ANEXO II – FORMULÁRIO DE DECLARAÇÕES E DADOS DA PROPOSTA FINANCEIRA**

Item	Quant. (estimada/ mês)	Unid.	Discriminação do Objeto	R\$ Unitário (KG)	R\$ Total (Mensal)
01	5.000	Kg	Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS grupos A (A1, A2, A3, A4) B e E, compreendendo o fornecimento total de mão-de-obra, materiais, máquinas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, de acordo com Resolução CONAMA 316/2002 de 29 de outubro de 2002, Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005, Resolução SMA 22/2007 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, RDC 222/2018 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, NBRs da ABNT específicas para resíduos de saúde e outras pertinentes a atividade.		
<b>TOTAL ESTIMADO (12 MESES)</b>					

Declaramos expressamente que nos preços propostos estão inclusas todas as parcelas relativas aos custos de fornecimento de materiais, mão de obra, implantação e manutenção de escritório/almojarifado, manutenção e operação de equipamentos e veículos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições fiscais, acréscimos decorrentes de trabalhos noturnos, domingos e feriados e quaisquer outras despesas diretas ou indiretas, constituindo-se, portanto, na única remuneração a ser paga pela Prefeitura pela prestação dos serviços objeto da presente licitação.

Declaramos que utilizaremos os equipamentos e as equipes técnica e administrativa que forem necessárias para a perfeita execução dos serviços, comprometendo-nos desde já a substituir ou aumentar a quantidade de equipamentos e de pessoal, desde que assim o exija a fiscalização da Prefeitura, para o cumprimento das obrigações assumidas.

Declaramos que na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções da fiscalização da Secretaria Municipal envolvida, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Declaramos que assumimos a prestação dos serviços, por nossa conta e risco, ficando sob nossa inteira e exclusiva responsabilidade a realização dos serviços nos locais especificados neste Termo de Referência.

Declaramos que os serviços ofertados por nossa empresa, atendem rigorosamente, as especificações exigidas no Termo de Referência – ANEXO I e às normas técnicas aplicáveis à espécie.

Declaramos que essa proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta, conforme art. 63, IV, da Lei 14.133/2021.

**I) Dados Cadastrais da empresa:**



Razão Social: \_\_\_\_\_  
Endereço: \_\_\_\_\_  
Município: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_ Estado: \_\_\_\_\_  
Telefone: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_ Telefax: (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_  
CNPJ (MF): \_\_\_\_\_  
**Inscrição Estadual:** \_\_\_\_\_  
**Tipo de Registro: (Registro em Cartório ou Registro na Junta Comercial ou Registro na OAB):** \_\_\_\_\_  
**Número do Registro:** \_\_\_\_\_  
**Data do Registro:** \_\_\_\_\_  
**E-mail** \_\_\_\_\_  
**INSTITUCIONAL:** \_\_\_\_\_

**II) Dados cadastrais do representante legal da empresa que assinará o contrato:**

1. Nome: \_\_\_\_\_
2. Nacionalidade: \_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_
3. CPF: \_\_\_\_\_ RG: \_\_\_\_\_
4. Endereço: \_\_\_\_\_ Bairro: \_\_\_\_\_

5. Município: Estado: CEP:
6. Telefone:
7. **E-mail INSTITUCIONAL:**
8. **E-mail PESSOAL:**
9. **Data de nascimento:**     /     /
10. **Função do Responsável:**
11. **Participação do Responsável na empresa (%):**
12. **Data da inclusão do sócio na empresa:**

**III) Dados cadastrais de TODOS OS REPRESENTANTES LEGAIS DA EMPRESA:**

1. Nome:
2. Nacionalidade: Estado Civil:
3. CPF: RG:
4. Endereço: Bairro:
5. Município: Estado: CEP:
6. Telefone:
7. **E-mail INSTITUCIONAL:**
8. **E-mail PESSOAL:**
9. **Data de nascimento:**     /     /
10. **Função do Responsável:**
11. **Participação do Responsável na empresa (%):**
12. **Data da inclusão do sócio na empresa:**

Condições de pagamento:

As notas fiscais, **que deverão ser entregues ao final de cada mês de trabalho, com relatório da pesagem de Kg retirados a cada semana / retirada de grupo A2**, processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente.

Prazo para início dos serviços: Imediato, após a assinatura do contrato.

Validade da proposta: \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_ ) dias corridos (mínimo 60 dias)

**Locais de Realização dos Serviços: Discriminados no item 7.2.3. do edital.**

\_\_\_\_\_  
Local e data

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável Legal

**PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025**

**ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÕES UNIFICADAS**

**DECLARAÇÕES UNIFICADAS**

À  
Prefeitura do Município de Santa Gertrudes  
Avenida São Cristóvão, nº 56 – Jardim Luciana  
Santa Gertrudes - SP

A empresa \_\_\_\_\_,  
estabelecida na \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_,  
\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_,  
inscrita com CNPJ \_\_\_\_\_, neste ato representada pelo seu  
(representante/sócio/procurador) \_\_\_\_\_, portador do RG  
\_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, no uso de suas atribuições  
legais, vem:

Declarar, para fins de participação no processo licitatório em pauta,  
sob as penas da Lei, que:

1. Inexiste qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea, impedida ou suspensão de licitar ou contratar com a administração pública, em quaisquer de suas esferas e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes;
2. Não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir dos 14 (catorze) anos;
3. Está ciente de que no momento da retirada da autorização de fornecimento deverá apresentar cópia do ato de nomeação do administrador judicial ou se o administrador for pessoa jurídica, o nome do profissional responsável pela condução do processo e, ainda, declaração, relatório ou documento equivalente do juízo ou do administrador, de que a LICITANTE está cumprindo o plano de recuperação judicial. **(somente para o caso de empresas em recuperação judicial);**
4. Está ciente de que no momento da retirada da autorização de fornecimento deverá apresentar comprovação documental de que está cumprindo as obrigações do plano de recuperação extrajudicial. **(somente para o caso de empresas em recuperação extrajudicial);**
5. Concorde com a divulgação dos dados pessoais dos representantes da empresa e da empresa em contratos e documentos afins à esta licitação, com base no princípio da transparência, e que atenderá **TODAS AS EXIGÊNCIAS DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD) Nº 13.709/2018;**
6. É Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência a que faz jus no procedimento licitatório em epígrafe **(quando for o caso);**

7. Nenhum servidor público integra o corpo diretivo ou é funcionário desta empresa e que não possui em quadro societário qualquer relação de parentesco natural ou civil, na linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive parentesco por afinidade, aí abrangidos cônjuges ou companheiros, avós, pais, filhos, irmãos, tios e sobrinhos, alcançando, ainda, o parente colateral de terceiro grau do cônjuge ou companheiro, de quaisquer das pessoas ocupantes de cargo de direção, chefia ou assessoramento, em especial, do Prefeito Municipal, dos Vereadores, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais, dos Chefes de Gabinete, do Procurador-Geral do Município ou cargo equivalente, de Juízes de Direito e de Membros do Ministério Público, abrangendo a Administração Direta e as autarquias e fundações públicas do Município de Santa Gertrudes, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas (nepotismo cruzado) que estarão impedidos de participar da presente licitação;
8. Cumpre as exigências de servas de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, conforme artigo 63, IV, da Lei 14.133/2021;
9. Tem pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme artigo 63, I, da Lei 14.133/2021;
10. Tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme artigo 67, VI, da Lei 14.133/2021;
11. Não tem contratos celebrados com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, conforme art. 4º, paragrafo 2º, da Lei 14.133/2021 (NO CASO DE ME E EPP).

Por ser verdade assina a presente.

Local e Data: \_\_\_\_\_

Razão Social da Empresa  
Nome do responsável/procurador  
Cargo do responsável/procurador  
Documento de identidade

**PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025**

**ANEXO IV – TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL E DE INTERMEDIACÕES DE OPERAÇÕES**

<b>Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)</b>	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
ME/EPP:     (   ) SIM     (   ) Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema Eletrônico de Pregões Eletrônicos da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.

2. São responsabilidades do Licitante:

- I. Tomar conhecimento de cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;
- II. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- III. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto nos Estatutos Sociais e nas demais normas e regulamentos expedidos pela Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- IV. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.
- V. Pagar a taxa pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento Sistema

Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil.

4. O Licitante autoriza a Bolsa de Licitações e Leilões a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões.

5. **(cláusula facultativa – para caso de uso de Célula de Apoio (Corretoras)** O Fornecedor/Comprador outorga plenos poderes à sociedade corretora abaixo qualificada, nos termos dos artigos 653 e seguintes do Código Civil Brasileiro, para o fim específico de credenciá-lo e representá-lo nos negócios de seu interesse realizados por meio do Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil, podendo a sociedade corretora, para tanto:

- I. Declarar que conhece e atende as condições de habilitação previstas no Edital;
- II. Apresentar lance de preço;
- III. Apresentar manifestação sobre os procedimentos adotados pela pregoeiro;
- IV. Solicitar informações via sistema eletrônico;
- V. Interpor recursos contra atos da pregoeiro;
- VI. Apresentar e retirar documentos;
- VII. Solicitar e prestar declarações e esclarecimentos;
- VIII. Assinar documentos relativos às propostas;
- IX. Emitir e firmar o fechamento da operação; e
- X. Praticar todos os atos em direito admitidos para o bom e fiel cumprimento do presente mandato, que não poderá ser substabelecido.

Célula de Apoio (corretora):
Endereço:
CNPJ:

6. O presente Termo de Adesão é válido por 12 meses, podendo ser rescindido ou revogado, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios em andamento

Local e data: \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinaturas autorizadas com firma reconhecida em cartório)

**OBSERVAÇÃO: OBRIGATÓRIO RECONHECER FIRMA (EM CARTÓRIO) DAS ASSINATURAS E ANEXAR COPIA DO CONTRATO SOCIAL E ULTIMAS ALTERAÇÕES E/OU BREVE RELATO E/OU CONTRATO CONSOLIDADO (AUTENTICADAS).**

## **PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025**

### **ANEXO V - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO**

CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES

CONTRATADA: \_\_\_\_\_

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS grupos A (A1, A2, A3, A4) B e E, compreendendo o fornecimento total de mão-de-obra, materiais, máquinas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, de acordo com Resolução CONAMA 316/2002 de 29 de outubro de 2002, Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005, Resolução SMA 22/2007 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, RDC 222/2018 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, NBRs da ABNT específicas para resíduos de saúde e outras pertinentes a atividade.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

#### **1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa(s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

#### **2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

**LOCAL e DATA:** \_\_\_\_\_

#### **AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:**

Nome: \_\_\_\_\_

Cargo: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome: \_\_\_\_\_ Cargo: \_\_\_\_\_ CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: \_\_\_\_\_  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_  
CPF: \_\_\_\_\_  
Assinatura: \_\_\_\_\_



## PREGÃO ELETRÔNICO 03/2025

**ANEXO VI – MINUTA DO CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTA GERTRUDES E A EMPRESA XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE – RSS GRUPOS A (A1, A2, A3, A4) B E E, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO TOTAL DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DE ACORDO COM RESOLUÇÃO CONAMA 316/2002 DE 29 DE OUTUBRO DE 2002, RESOLUÇÃO CONAMA 358 DE 29 DE ABRIL DE 2005, RESOLUÇÃO SMA 22/2007 DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, RDC 222/2018 DA ANVISA – AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, NBRs DA ABNT ESPECÍFICAS PARA RESÍDUOS DE SAÚDE E OUTRAS PERTINENTES A ATIVIDADE**

DATA: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2025.

**PRAZO:** até 12(doze) meses corridos, com possibilidade de prorrogação, por igual período, conforme artigos 106 e 107, da Lei Federal 14.133/2021.

**VALOR GLOBAL ESTIMATIVO:** R\$ \_\_\_\_.

**LICITAÇÃO:** Pregão Eletrônico 03/2025.

### **Cláusula 1ª - DAS PARTES**

1.1. A **Prefeitura do Município de Santa Gertrudes**, inscrita com CNPJ 45.732.377/0001-73, com sede à Avenida São Cristóvão, nº 56 – Jardim Luciana, Santa Gertrudes/SP, E-mail: representada neste ato pelo Prefeito Municipal, **Lázaro Noé da Silva**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua 04, nº 1.062, Centro, Santa Gertrudes/SP, CEP.: 13.510-011, portador do CPF 017.301.528-05 e do RG 12.798.377-6, E-mail: [drogagino@uol.com.br](mailto:drogagino@uol.com.br), adiante designada simplesmente PREFEITURA, e;

1.2. A empresa \_\_\_\_\_, inscrita com CNPJ \_\_\_\_\_, com sede a Rua/Avenida \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, Telefone (\_\_\_\_\_) \_\_\_\_\_, E-mail \_\_\_\_\_ **INSTITUCIONAL:** \_\_\_\_\_, Conta Jurídica: \_\_\_\_\_, adiante designada simplesmente CONTRATADA, por seu representante legal, \_\_\_\_\_, nacionalidade, estado civil, portador do CPF \_\_\_\_\_ e do RG \_\_\_\_\_, residente e domiciliado a Rua/Avenida \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_, Bairro \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, E-mail **PESSOAL:** \_\_\_\_\_, ajustam o seguinte:

### **Cláusula 2ª - DO OBJETO**

2.1. A CONTRATADA obriga-se a prestar serviços à PREFEITURA, de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde – RSS grupos A (A1, A2, A3, A4) B e E, compreendendo o fornecimento total de mão-de-obra, materiais, máquinas, equipamentos e acessórios necessários para a execução dos serviços, de acordo com Resolução CONAMA 316/2002 de 29 de outubro de 2002, Resolução CONAMA 358 de 29 de abril de 2005, Resolução SMA 22/2007 da Secretaria de Estado do Meio Ambiente, RDC 222/2018 da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, NBRs da ABNT específicas para resíduos de saúde e outras pertinentes a atividade, a pedido e a critério da PREFEITURA.

2.2. Os serviços serão interrompidos se ocorrer o término das quantias estimadas pela PREFEITURA, se não houver a necessidade de sua totalidade, a critério da PREFEITURA ou até 12(doze) meses, prevalecendo o que ocorrer primeiro, podendo ser

aditado em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme o disposto no artigo 125, da Lei Federal Nº: 14.133/2021 e alterações.

### **Cláusula 3ª - DO VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO**

3.1. Pela prestação dos serviços referidos no item 2.1. (conforme especificações do Anexo I), a PREFEITURA pagará à CONTRATADA o valor unitário do KG de: **R\$** \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).

3.2. Nos preços estão inclusas, além do lucro, as despesas dos serviços, mão-de-obra, carga, seguros, impostos, taxas, transportes, manutenção, despesas de escritório e expediente e quaisquer outras despesas que estejam, direta ou indiretamente, relacionadas com a execução total deste contrato.

### **Cláusula 4ª - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

4.1. As notas fiscais, **que deverão ser entregues ao final de cada mês de trabalho, com relatório da pesagem de Kg retirados a cada semana / retirada de grupo A2,** processadas pela contabilidade, e atestadas pela unidade requisitante, entre os dias 01 à 15 serão pagas até o dia 30 do mesmo mês, as processadas entre os dias 16 à 31 serão pagas até o dia 15 do mês subsequente;

4.2. A Prefeitura, através da tesouraria, fará as retenções dos valores correspondentes às obrigações previdenciárias, tributárias e fiscais, conforme o caso, de acordo com a legislação que disciplina a matéria, sendo que, as guias dos valores retidos serão devidamente recolhidas e encaminhadas suas cópias reprográficas a empresa contratada.

4.3. A nota fiscal/fatura encaminhada pela contratada deve estar devidamente discriminada, de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

No caso de devolução da(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), por sua inexatidão ou da dependência de carta corretiva, nos casos em que a legislação admitir, o prazo fixado no item 4.1 e 4.2. será contado da data de entrega da referida correção.

4.4. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da CONTRATADA, cujos dados deverão estar indicados na proposta financeira da licitante.

4.5. Caso o dia de pagamento coincida com sábados, domingos, feriados ou pontos facultativos, o mesmo será efetuado no primeiro dia útil subsequente sem qualquer incidência de correção monetária ou reajuste.

4.6. Em eventuais atrasos no pagamento, por prazo superior a 30 dias, quando por culpa da Prefeitura, a partir de então, o valor devido será atualizado, da data do vencimento à do efetivo pagamento, pela variação percentual do IGPM/FGV/SP, ou outro índice que venha substituí-lo, a critério da Prefeitura.

4.7. O e-mail que deve ser cadastrado para envio das notas fiscais é o [nfe@santagertrudes.sp.gov.br](mailto:nfe@santagertrudes.sp.gov.br).

#### **Cláusula 5ª - DO PRAZO DO CONTRATO**

5.1. O prazo de vigência do contrato será de até 12 (doze) meses corridos e consecutivos, contado da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogada, por igual período, conforme artigo 106, da Lei Federal 14.133/2021, e respeitando a vigência máxima decenal, estabelecida no art. 107, da Lei Federal 14.133/2021.

#### **Cláusula 6ª - DAS RESPONSABILIDADES DA PARTES**

**6.1. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA: A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando as obrigações abaixo:**

6.1.1. A CONTRATADA reconhece por este instrumento que é a única e exclusiva responsável por danos ou prejuízos que possam causar à PREFEITURA, coisas ou pessoas de terceiros, correndo às suas expensas, sem quaisquer ônus para a PREFEITURA, ressarcimento ou indenização que tais danos ou prejuízos, nos termos do Código Civil Brasileiro e legislação pertinente.

6.1.2. A CONTRATADA obriga-se a permitir a fiscalização municipal, possibilitando verificar a procedência e a qualidade dos produtos / serviços entregues.

6.1.3. A PREFEITURA, através da fiscal e gestora do contrato, poderá em qualquer ocasião, exercer a mais ampla fiscalização dos itens/serviços, reservando-se o direito de rejeitá-los a seu critério, quando não forem considerados satisfatórios, devendo a CONTRATADA repô-los às suas expensas.

6.1.4. Manter preposto aceito pela Administração para representa-la na execução do contrato;

6.1.4.1. A indicação ou manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.1.5. Atender às determinações regulares emitidas pela fiscal e gestora ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por ele solicitados (art. 137, II, da Lei 14.133/2021);

6.1.6. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

6.1.7. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.1.8. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia (se houver), o valor correspondente aos danos sofridos;

6.1.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou dos fiscais ou gestores do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021;

**6.1.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade do contratante;**

6.1.11. Comunicar a fiscal do contrato, no prazo de 24(vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;

6.1.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

6.1.13. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.1.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

6.1.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

6.1.16. Submeter, previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

6.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização do menor de 18 anos com trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6.1.18. Comprovar a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, através de documento hábil, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116 da Lei 14.133/2021), no prazo fixado pelos fiscais do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

6.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei 14.133/2021;

6.1.21. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança do contratante.

6.1.22. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, art. 92, XVI, da Lei 14.133/2021;

6.1.23. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, art. 92, XVII, da Lei 14.133/2021;

**6.1.24. Prazo para início dos serviços:** Imediato, após a assinatura do contrato.

**6.1.25.** Locais de realização dos serviços: estão especificados no item 7.2.3. do edital.

6.1.26. Manter um representante responsável pelo gerenciamento dos serviços, exercendo a supervisão responsável necessária e com poderes de representação sendo o preposto para tratar com a Secretaria Municipal.

6.1.27. Prever e garantir a realização dos serviços descritos, nos regimes contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

6.1.28. Responsabilizar-se integralmente pelo serviço, objeto do contrato, nos termos da legislação vigente;

6.1.29. Observar a legislação que determina obrigações no campo de segurança, higiene e medicina do trabalho;

6.1.30. Manter perfeito e regular controle sobre o estado de saúde dos trabalhadores, a fim de providenciar a substituição, de imediato, em caso de doença incompatível com a função;

- 6.1.31. Assumir todas as responsabilidades e tomar medidas necessárias no atendimento aos seus empregados acidentados ou com mal súbito, quando em serviço, por meio do seu representante;
- 6.1.32. Realizar às suas expensas, tanto na admissão como durante toda a vigência do contrato de trabalho dos seus empregados, todos os exames médicos exigidos por força da lei, cuidando para que apresentem permanentemente um quadro de saúde, inclusive bucal e psicológica;
- 6.1.33. Os empregados terão vínculo direto com a CONTRATADA, a qual se responsabilizará pelos pagamentos e/ou ônus relativos a taxas, tributos, encargos sociais e indenizações trabalhistas, encargos previdenciários, contribuições sociais, vale transporte, refeição e outros previstos na legislação e normas vigentes e que decorram de sua condição de empregadora;
- 6.1.34. Responsabilizar-se por atos de negligência de seus empregados, praticados durante o horário de trabalho;
- 6.1.35. Manter a situação trabalhista e previdenciária dos profissionais alocados, devidamente atualizada e regularizada, inclusive no aspecto salarial, mantendo em dia todos os direitos trabalhistas de seus profissionais, tais como horas extras, indenizações e outras vantagens, de forma que não sejam os trabalhos da PREFEITURA prejudicados em função de reivindicações por parte de seus empregados;
- 6.1.36. É vedado o trabalho de menores de dezoito anos;
- 6.1.37. Supervisionar constantemente a prestação de serviços, realizando as orientações que se fizerem necessárias aos agentes;
- 6.1.38. Instruir a mão de obra quanto às necessidades de acatar as orientações da Secretaria Municipal, e ter pleno conhecimento das normas que envolvem a execução dos serviços;
- 6.1.39. Assumir todas as obrigações patronais, ficando a CONTRATANTE livre de qualquer ônus não explícito nos termos contratuais;
- 6.1.40. Indenizar danos ou prejuízos à CONTRATANTE ou a terceiros;
- 6.1.41. Responsabilizar-se pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas disciplinares determinadas pela PREFEITURA;
- 6.1.42. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual e municipal, as normas de segurança da PREFEITURA;
- 6.1.43. Fazer de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato, conforme exigência legal;
- 6.1.44. Respeitar as convenções coletivas de seus empregados;
- 6.1.45. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, objetivando a correta execução dos serviços;
- 6.1.46. Acatar a fiscalização por parte da PREFEITURA, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas, dirimindo todas as ocorrências;
- 6.1.47. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;
- 6.1.48. Manter durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como sua compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 6.1.49. Responsabilizar-se por qualquer dano realizado contra o próprio público ou terceiros.
- 6.1.50. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
- 6.1.51. São de Responsabilidade da CONTRATADA todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, despesas com **locomocão e possíveis estadias de seus funcionários** e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre o objeto licitado, constante da proposta.
- 6.1.52. Manter informado o técnico da contratante, encarregado de acompanhar os trabalhos prestando-lhe as informações necessárias.
- 6.1.53. Responder por quaisquer danos pessoais e materiais ocasionados por seus empregados nos locais de trabalho.
- 6.1.54. Substituir, sempre que exigido pelo CONTRATANTE e independentemente de justificativa por parte deste, qualquer empregado, cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam julgados prejudiciais inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse público.
- 6.1.55. Fornecer, sempre que solicitados pelo CONTRATANTE, os comprovantes de pagamentos dos empregados e comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e trabalhistas.
- 6.1.56. Executar os serviços discriminados, obedecendo rigorosamente as especificações e as normas pertinentes em vigor.
- 6.1.57. A CONTRATADA DEVERÁ ATENDER TODAS AS OBRIGAÇÕES ELENCADAS NO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA.

## **6.2. DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:**

- 6.2.1. Proporcionar todas as facilidades para que a empresa contratada possa cumprir integralmente a proposta apresentada, observando-se as normas do Edital;
- 6.2.2. Prestar aos funcionários da empresa contratada todas as informações e esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados sobre o objeto deste certame;
- 6.2.3. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução do objeto;
- 6.2.4. Atestar notas fiscais/faturas e efetuar os pagamentos à empresa contratada;
- 6.2.5. Aplicar as sanções administrativas contratuais;
- 6.2.6. Disponibilização para a CONTRATADA de toda a legislação, normas complementares e demais procedimentos existentes necessários a execução dos serviços;
- 6.2.7. Não ceder, em nenhuma hipótese, os direitos, o uso e as obrigações ou qualquer serviço sem o conhecimento e autorização prévia da CONTRATADA;
- 6.2.8. Notificar à CONTRATADA, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da prestação dos serviços
- 6.2.9. A fiscalização deste contrato será realizada por: DAIANE BILATTO – FISCAL DE CONTRATO, que deverão respeitar o art. 117 DA LEI 14.133/2021, Sobre Suas Atribuições e o Decreto Municipal 2.464/2024.**
- 6.2.10. A gestão deste contrato será realizada por Vivian Cristina Filier Gonçalves – Secretária Municipal de Saúde, que deverá respeitar o art. 117 DA LEI 14.133/2021, Sobre Suas Atribuições e o Decreto Municipal 2.464/2024.**

## **Cláusula 7ª - DAS PENALIDADES**

- 7.1. A Contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas no artigo 137 da Lei 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 138 e 139 da mesma lei.
- 7.2. O licitante ou contratado(a) será responsabilizado administrativamente pelas infrações elencadas no art. 155, da Lei 14.133/2021, e, especificamente:
  - 7.2.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame (Art. 155, IV), ou não entregar quaisquer documentos que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;
  - 7.2.2. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (art. 155, V), em especial quando:
    - 7.2.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 7.2.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 7.2.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 7.2.2.4. deixar de apresentar amostra;
    - 7.2.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 7.2.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza:
    - 7.2.3.1. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 7.2.3.2. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

7.2.3.3. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

17.2.3.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

7.2.3.5. praticar ato lesivo no art. 5º da Lei 12.846/2013

7.2.3. Aos responsáveis pelas infrações administrativas poderão ser aplicadas as seguintes sanções, conforme art. 156, da Lei 14.133/2021:

7.2.3.1. Advertência;

7.2.3.2. Multa de 10%(dez) por cento do valor TOTAL do contrato;

7.2.3.2.1. Se o valor da multa não for recolhido, será automaticamente descontado dos valores a que a contratada fizer jus, acrescido de juros moratórios de 1%(um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

7.2.3.3. Impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta deste ente federativo pelo prazo de até 03(três) anos, que será publicado em imprensa oficial e registrado no cadastro da empresa.

7.2.3.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de até 06(seis) anos.

7.2.4. É admitida a reabilitação do licitante ou contrato respeitando-se o que diz o art. 163, da Lei 14.133/2021.

7.3. Respeitar-se-á os prazos e procedimentos descritos no Título IV - Capítulo I da Lei 14.133/2021.

7.4. A recusa injustificada da adjudicatária em assinar o contrato dentro do prazo de até 05(cinco) dias úteis da ciência da homologação/adjudicação a ocorrer mediante publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se, sem prejuízo das demais sanções, e a perda de garantia da proposta em favor deste ente federativo(nos casos que houver).

7.5. 17.5. Os órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativos deverão, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por eles aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161, da Lei 14.133/2021).

#### **Cláusula 8ª - DA RESCISÃO DO CONTRATO**

8.1. Este contrato poderá ser rescindido totalmente pela PREFEITURA, de pleno direito, em qualquer tempo, isento de qualquer ônus ou responsabilidade, independentemente de ação, notificação ou interpelação judicial, sem que à CONTRATADA, assista o direito a qualquer indenização, se esta:

8.1.1. Falir, entrar em concordata, tiver a sua firma dissolvida ou deixar de existir;

8.1.2. Transferir, no todo ou em parte, o objeto deste contrato, sem prévia autorização da PREFEITURA;

8.1.3. Paralisar a realização dos serviços durante um período de 10 (dez) dias consecutivos;

8.1.4. Sem justa causa (a critério da PREFEITURA), suspender os serviços;

8.1.5. Agir com dolo ou culpa ou mediante simulação ou fraude na execução do contrato.



8.2. A CONTRATADA reconhece os direitos da PREFEITURA, em caso de extinção do contrato, de acordo com o disposto no artigo 137, da Lei Federal Nº: 14.133/2021 e alterações.

#### **Cláusula 9ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS**

9.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

9.1.1. Dotação orçamentária: 04.000 04.001 10.302.0009. 2.506. (97) 33.90.39. – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica - R\$ 523.350,00 – Valor para 2025.

9.1.2. A dotação acima elencada consta do orçamento-programa para exercício econômico e financeiro de 2025 e a correspondente para o exercício seguinte, em caso de prorrogação contratual.

#### **Cláusula 10ª - DOS REAJUSTES DE PREÇOS**

10.1. O preço proposto é fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses corridos e consecutivos.

10.1.1. Na hipótese de prorrogação do contrato, e após o decurso do prazo acima, o preço **PODERÁ SER REAJUSTADO**, com data-base vinculada à data do orçamento estimado mais antigo, utilizando-se como parâmetro de reajuste os índices autorizados pelo IGPM/FGV/SP ou índice específico ou setorial, em conformidade com a realidade de mercado dos respectivos insumos (art. 25, parágrafo 7º e 92, parágrafo 3º, da Lei 14/133/2021).

10.1.2. Para que haja o reajuste acima descrito, **deverá haver solicitação formal pela CONTRATADA, antes do término da vigência contratual**, para que o mesmo seja encaminhado a Secretaria gestora, para deferimento ou indeferimento.

10.1.3. Como o reajuste é um registro que não caracteriza alteração do contrato, previsto no termo contratual, será realizado por apostila (art. 136, I, da Lei 14.133/2021).

10.2. Em qualquer hipótese, é assegurado à contratada o direito de pleitear recomposição para restabelecer e manter o equilíbrio econômico financeiro inicial do contrato, desde que preenchido os pressupostos legais autorizadores habitados no artigo 104, parágrafo 2º, artigo 124, II “d”, artigo 130 e artigo 131, parágrafo único, da Lei Federal 14.133/2021.

#### **Cláusula 11ª - DO SUPORTE LEGAL**

11.1. Este contrato é regulamentada pelos seguintes dispositivos legais:

11.1.1. Constituição Federal;  
11.1.2. Lei Orgânica Municipal;  
11.1.3. Lei Federal Nº: 14.133/2021;  
11.1.4. Lei Federal Nº: 8.880/94;  
11.1.5. Lei Federal Nº: 8.883/94;  
11.1.6. Lei Federal Nº: 9.032/95;  
11.1.7. Lei Federal Nº: 9.069/95;  
11.1.8. Lei Federal Nº: 9.648/98;  
11.1.9. Lei Federal Nº: 9.854/99;  
11.1.10. Lei Complementar Nº: 123/2006;  
11.1.11. Lei Federal Nº: 12.440/2011;  
11.1.12. Lei Complementar Nº: 147/2014;  
11.1.13. Decreto nº 8.302, de 4 de setembro de 2014;  
11.1.14. Portaria MF nº 358, de 5 de setembro de 2014;  
11.1.15. Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 2 de outubro de 2014;  
11.1.16. Decreto 10.024/2019;  
11.1.17. Demais disposições legais passíveis de aplicação, inclusive, os princípios gerais de Direito.

#### **Cláusula 12ª - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS**

12.1. Não será permitida a entrega dos serviços sem a emissão da respectiva Ordem de Entrega pela unidade requisitante.

12.2. Aplica-se, no que couber, o disposto no artigo 137, da Lei Federal Nº: 14.133/2021 e alterações.

12.3. Para os casos omissos neste contrato prevalecerão as condições e exigências da respectiva licitação e demais disposições em vigor.

12.4. A CONTRATADA assume a exclusiva responsabilidade pelo pagamento de salários, encargos trabalhistas e previdenciários advindos da legislação vigente, sendo que o pessoal por ela designado para trabalhar na execução do objeto deste contrato, não terá vínculo empregatício algum com a PREFEITURA.

#### **12.5. Fica expressamente proibida a subcontratação total do objeto deste contrato.**

12.6. A CONTRATADA assume total responsabilidade pela execução integral deste contrato, sem direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos não previstos em sua proposta quer decorrentes de erro ou omissão de sua parte.

12.7. A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste contrato.

12.8. **As dúvidas surgidas na aplicação deste contrato, bem como os casos omissos e gestão do contrato serão solucionados pela fiscal do contrato: Daiane Bilatto e pela gestora do contrato: Vivian Cristina Filier Gonçalves – Secretária Municipal de Saúde,** ouvidos os órgãos técnicos especializados, ou profissionais que se fizerem necessários.

12.9. A CONTRATADA deverá manter e-mail atualizado para o envio de notificações.

12.9.1. As comunicações realizadas através do e-mail cadastrado serão consideradas válidas e perfeitas na data do envio com a juntada do comprovante do envio no processo licitatório.

12.10. Prevalecerá este contrato no caso de haver divergências entre ele e os documentos eventualmente anexados.

12.11. Fica eleito o Foro desta Comarca de Rio Claro/SP para solução em primeira instância, de quaisquer questões suscitadas na execução deste contrato não resolvidos administrativamente.

12.12. Lido e achado conforme assinam este instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, as partes e as testemunhas.

**Lázaro Noé da Silva**  
**Prefeito Municipal**

**Contratada**

Testemunhas:

1. Danielle Zanardi Leão Silva;
2. Iaghor Correa Camuci.